



**ESCAPES CATEGORIAIS DE GÊNERO**  
conceitos pedagógicos em disputas teóricas

Luciano Henrique da Silva Amorim<sup>1</sup>  
amorim.ped@hotmail.com

**RESUMO**

O presente trabalho é resultado de um compilado de discussões dentro do campo do currículo e suas intersecções com gênero, raça e classe. A proposta textual é de percorrer determinados processos históricos que encarnam alguns pilares dos estudos de gênero, como sexo, corpo, desejo, política e suas dissidências. Provocando desta forma a própria categoria gênero como instrumento de análise das relações sociais, o trabalho se lança ao desafio de buscar determinados conceitos sobre gênero e suas mutações, entendendo assim como processos sociais de transformação do que se entende por gênero, mas, que esses mesmos processos ressignificam o aprender sobre a categoria em questão, articulando outras pedagogias e sujeitos na constituição epistemológica destes estudos. Para isso, além de transitar em momentos históricos que evidenciam os sujeitos e seus deslocamentos sociais através dos papéis de gênero, assumimos um exercício de convocar leituras emergentes neste campo, borrando o gênero como ideia-força de estranhamentos e potências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Educação. Interseccionalidades.

**INTRODUÇÃO**

Perpassando por algumas relações epistêmicas que envolvem os corpos e educação, percebemos que estas se interconectam não de forma causal, mas, que como uma meiose social elas se aglutinam através de vários mecanismos e momentos históricos. Porém, o presente artigo não irá traduzir nenhuma realidade, muito pelo contrário, seu objetivo é apresentar dimensões da realidade que são escanteadas na ótica totalizante.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/UFAL. Mestre em Educação pelo mesmo programa e Pedagogo licenciado pelo Centro de Educação – CEDU/UFAL. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Juventudes, Culturas e Formação – CNPq. (amorim.ped@hotmail.com)

Substancialmente, dentro de um campo teórico, para entender os posicionamentos do corpo-educação se faz necessário imbuir nas leituras **gênero**. A primeira lembrança discursiva que me aparece em memória ao retratar sobre este trabalho<sup>3</sup> e suas correlações com gênero é o fato de que lidei com mulheres em extrema vulnerabilidade social na periferia de Maceió, mulheres estas que convivem com um processo maternal. Há então, um conjunto de produções sociais que estão demarcadas por símbolos e significados diversos e que delinearão também como a categoria gênero é viva.

Trilhando caminhos históricos, um dos elementos que mais se aperfeiçoam (e subvertem também) a realidade e as constituições sociais é o **corpo**. Michel Foucault (1988) ao tratar da História da Sexualidade em seu primeiro volume lança-nos experiências históricas no mundo ocidental, em que exhibe práticas corporais individuais e coletivas que indicam liberdade e ausência de um olhar punitivo. Entretanto, com processos de ruptura de uma ordem vigente burguesa o encolhimento e apaziguamento do corpo ganham consolidação.

## **CORPO, HISTÓRIA E PAPOS INICIAIS**

Mas, o que é corpo? Bem, podemos dizer que o corpo, para além da matéria que ocupa um lugar no espaço é extensivo, plural, diferente, metamorfósico e assume uma singularidade nas relações humanas. Ou seja, o corpo como uma dimensão humana encarna significados para além do bio/fisiológico.

Neste sentido, Walter Matias de Lima (2004) contribui no debate acerca dos percursos corpóreos que a humanidade caminhou. Analisando as histórias ocidentais, em especial a influência da filosofia grega e de sua cultura, o autor nos elucida que perceber o corpo é também perceber relações de padrão e de opressão (por isso a importância de compreender este capilar das relações de gênero). A sociedade grega (marcadora social/política no mundo ocidental), também fundada no falocentrismo nos evidencia que:

Na Grécia, acreditava-se que macho e fêmea eram dois pólos de um *continuum corporal*, a diferença que havia entre ambos era de grau (e o grau era referido ao calor) e não de natureza; o corpo tem um único sexo de modo que fetos masculinos, precariamente aquecidos, tornam-se homens afeminados e

---

<sup>3</sup> O trabalho referido é a dissertação de Mestrado intitulada “Materna-idades: trajetórias femininas e pedagogias de um currículo marginal na periferia de Maceió – AL” de autoria de Luciano Henrique da Silva Amorim, 2018.

fetos femininos, muito aquecidos, tornam-se mulheres masculinizadas (...) o sangue menstrual – sangue frio – e o esperma – sangue quente; o esperma, superior por gerar a vida, em contraposição à menstruação, inerte. (LIMA, 2004, p. 12)

Em uma linha nada tênue e sem comparações, pode-se ornamentar o debate de corpo/gênero à contemporaneidade, uma vez que, o corpo feminino é subjugado constantemente. Além disso, o corpo feminino passa a ser pecaminoso com o advento das relações místicas, cambiando entre o sagrado e profano. Um corpo considerado frio e morto, logo, desnecessário a constituição da vida na *pólis*, e, conseqüentemente a mulher nas decisões dos espaços coletivos e políticos.

Entretanto, as relações de virilidade (força) e domínio estabelecem um *status quo* dos corpos ativos e passivos, e também o binarismo masculino e feminino, em que um se sobrepõe ao outro. Por certo, os aparatos biológicos referendados desde a antiguidade por uma filosofia androcêntrica, reverberam na modernidade um tipo de discurso científico também androcêntrico e que é carregado de uma afirmação das incapacidades femininas, caminhando não para uma guerra dos sexos, mas, para um espectro de opressão legitimado a ideia de feminino.

Este corpo é político. E por entender que o corpo ganha e cria significações, uma das dimensões intrínsecas a ele é o gênero. Bem, a palavra gênero – *gender* em inglês – advém dos estudos gramaticais referentes à designação oral e escrita de palavras no masculino e feminino, mas, seu radical epistemológico também advém da cultura grega: *genus* – família, ou, nascimento. Na década de 1950, no campo da psicologia, surge um debate sobre corpo e subjetividades que estão além daquilo que o corpo binário diz, acinte, as transgressões das normativas de corpo vão trilhar as primeiras problematizações teóricas sobre gênero.

Com a reviravolta social, cultural e política que o mundo viveu nos anos de 1960, um dos principais paradigmas em questão era, para além do corpo, a liberdade sexual. Se corpo, sexo e desejo são categorias inerentes ao humano, logo, há uma interconectividade entre estes. Com isso, Joan Scott (1995) promovendo uma análise histórica a partir dos estudos de gênero, conceitua o seguinte:

(1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do

poder, mas, **a mudança não é unidirecional** (grifo meu)  
(SCOTT, 1995, p. 86).

Em uma primeira visualização do conceito apresentado, gênero é uma categoria inerente ao ser humano e bastante complexa. Mas, uma das ramificações da compreensão de gênero está referenciada ao sexo, portanto, gênero pode também ser compreendido como as dinâmicas sexuais vivenciadas e subjetivadas nos/dos indivíduos.

Dessa maneira, Scott (1995) reforça que há uma força que impulsiona estas dinâmicas: o **poder**. Estas relações que não são centralizadas nem orquestradas de forma definitiva, demarcam e marcam posições políticas e sociais no mundo, dentre elas o gênero. É só observar como as correlações de poder nos levaram a um mundo sob a lógica binária e a cisão (sob uma ótica punitiva) de masculino e feminino. Portanto, este gênero é construído e desconstruído através dos mecanismos de poder que interpassam entre discursos, ações coletivas, lutas sociais e afirmações identitárias.

Nesta trilha constitutiva acerca da categoria gênero, caminhamos pelo corpo, sexo e poder, mas, as correlações culturais e processos identitários contribuem muito para uma análise histórica global/local. Com isso, Guacira Lopes Louro (1995) considera em seus escritos, que, as identidades femininas e suas relações com mundo do trabalho (em especial as professoras) junto às dinâmicas econômicas e sociais contribuem na sexualização do cotidiano. Todavia, Louro (1995) afirma que o gênero é educativo, logo, processo subjetivo do ser.

## **GÊNERO COMO ENFRENTAMENTO CIENTÍFICO**

Gênero também é ciência, teoria, saberes e experiências, sendo que, estas, de acordo com seu período histórico, também tracejam um tipo de pensamento unitário ou padronizante sobre gênero. Atentemos inclusive que este debate urge do campo da saúde – **psi** – partindo de supostas análises dos “distúrbios” que o corpo em meio ao binarismo sexista impunha, portanto, gênero apresenta-se como uma categoria patologizante e que carrega consigo todas as estranhezas e diferenças que não são admitidas pela sociedade moderna, mas, são remodeladas, ou simplesmente marginalizadas.

O conceito de gênero é capilarizado e se ramifica em inúmeras dimensões do nosso ser e do nosso “se fazer”. Além disso, para além das hierarquias que o pretérito e o presente esbanjam do patriarcado e machismo, as dimensões do gênero e suas relações de poder se interconectam, se afrontam e distanciam-se sempre. Estas interconexões promovem dentro do gênero inúmeros outros tipos de relação de poder, de opressão e de domínio.

Fugindo do cartesianismo humano, ou seja, do fracionamento da compreensão do ser humano, corporifica-se na década de 1970 uma teoria de análises das relações e condições sociais no debate das opressões: a interseccionalidade. Através dos estudos da pesquisadora afroestadunidense Kimberlé Crenshaw (2002) ressignificamos nossos olhares na observância destas relações. A autora evidencia que em nossa sociedade, os percursos históricos alicerçaram três grandes categorias que nos perpassam e se perpassam: raça/etnicidade, classe e gênero. Estas por sua vez, além de se interseccionalizarem, elas provocam “tombadas” que potencializam ou criam outros tipos de discriminação e opressão.

Os estudos interseccionais vão se aprofundar na análise dos posicionamentos políticos e na eugenia que os movimentos sociais faziam (e fazem) no quesito combate as opressões. Por exemplo, a mulher negra que se encontra no movimento feminista, é recepcionada e tem como principais referências mulheres brancas e de classe média, porém sendo o grupo interseccionalizado pela condição feminina, as correlações de raça e de classe ganham outras significações sociais e atributos/funções para estas. Ou seja, Crenshaw (2002) não está se dispondo a falar de quem “é mais oprimida”, mas, como esta opressão ocorre e como combatê-la.

Um olhar interseccional ganha *corpus* nesta pesquisa a partir de uma realidade periférica, que, circundada territorialmente pelos preceitos da meritocracia, do racismo e da violência, vivencia as opressões de classe, raça e gênero pelos seus próximos e também pelo preconceito que vem de longe. Neste sentido, Crenshaw (1995, p. 12) salienta que:

a parte ativa é o contemporâneo, aquilo que passa por esses sulcos e efetivamente afeta os que estão na interseção. Se uma pessoa estiver no meio de uma interseção, ela poderá prever que ocorrerão colisões nessa interseção e que provavelmente estará no meio dessas colisões.

Portanto, gênero, por exemplo, não tem como ser suscitado como uma categoria singular, muito pelo contrário, o gênero só é gênero devido as suas intersecções com classe, raça e a própria constituição de gênero e suas opressões a partir do machismo e sua consolidação como cultura padrão e de respeito.

Para além dos dados oficiais e estatais, enquanto pesquisador, trabalhador da educação e militante que atua na Zona Sul de Maceió, percebo que, não se trata de uma cor que a periferia tem, mas, que a periferia em meio aos seus contrastes, é estruturada e socialmente respaldada na negritude. Logo, percorrendo as pistas que Crenshaw (2002) e bell hooks<sup>4</sup> (2015) nos apresentam, é necessário uma descolonização das nossas práticas e pertencimentos identitários, e insto inclui o que tornamos como verdade, corpo, sexo e gênero. A mulher em meio a este turbilhão de intersecções tem o seu corpo como protagonista, falado, censurado e hipersexualizado, e, muitas destas afirmativas são colonizadoras.

Ou seja, descolonizar o gênero também é preciso. A lógica binária e de elaboração de um sujeito “finalizado” também foram importadas na bagagem da ciência eurocêntrica, branca e burguesa. Com isso, nos atentemos que:

Um preceito central do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido (a) e o opressor (a). (hooks, 2015, p. 197)

Opressões, orientações, privilégios. Esta teia institucionalizada que advém da complexidade social é banhada por dualismos perversos, dentre eles, o sexismo. Observemos que, este sexismo retroalimenta um ideário misógino, ou seja, de ogerização da mulher, porém, em contrapartida, há uma necessidade masculinizada de se ter o corpo feminino sob domínio. Por isso ao falar de gênero surgem para além de relações de poder, correlações de opressão, tornando-se necessário a

---

<sup>4</sup> Gloria Jean Watkins é uma autora, escritora, feminista e professora estadunidense que escreve sobre raça, capitalismo e sexo, considerada uma das referências nas discussões interseccionais. Utiliza em seus escritos o pseudônimo bell hooks (em minúsculo) inspirado no nome de sua avó materna. Disponível em: <http://www.bellhooksinstitute.com/#/about/>

atenção para elas. Este distanciamento que hooks (2015) evidencia é fruto da cisão histórica entre homens e mulheres, bem como, da imposição aos papéis que esta mulher deveria ocupar, dentre eles o de mãe afetiva, esposa submissa e responsável do lar no quesito ordem e moral. Além disso, o machismo constitui uma lança formativa em que homens e mulheres estão suscetíveis a reproduzi-lo.

Neste processo de (des)colonização, tal discussão não envolve aspectos apenas geográficos e territoriais de pólos socioeconômicos, mas, há a necessidade de resgatar a colonização de corpos, incluído, o sequestro e raptura das identidades femininas em meio a todo processo de masculinização da história: **o patriarcado** e todas suas capilaridades.

Hilan Bensusan (2014) em tessituras sobre o engendramento histórico do patriarcado nos reconhecimentos de si, pode nos possibilitar um horizonte em que exhibe o lugar de constituição de afetos, desejos e sexualização que a mulher está assentada. Ora, a pornografia, por exemplo, é uma invenção dos homens, pois, em uma literatura machista, a fêmea é capturada pelo macho, e é vista como prêmio, caça ou troféu. Mas, neste espírito colonizador, quando não é possível a conquista (conquista cheia de símbolos de dominação), a “presa” é raptada, roubada e marcada com ferro e fogo pelo seu dominador (homem).

Estas caçadas humanas para com os corpos femininos, desemborcam na falácia do amor romântico, sendo este, um pacote de níveis de desejos obrigatórios e de compromissos em termos já estabelecidos. Logo, um contrato em que, na tinta de sua assinatura, muitas vezes o silêncio e o sangue, compõem sua mistura. Eis a importância de evidenciar como o patriarcado opera nas subjelltividades femininas e em suas escolhas, percursos e ações, incluindo o seu reconhecimento enquanto mulher. Bensusan (2014) ainda nos provoca que:

Pensar em desejos agenciados por uma sociedade que institucionaliza a masculinidade, é pensar na distribuição de poder e de privilégios. A denúncia do agenciamento é a especificação de como funciona a supremacia masculina: a supremacia da erotização da violência, da conjunção de prazer e morte, da tanatização do desejo (p.137).

Na percepção de uma “erotização da violência”, podemos aqui afirmar que várias expressões femininas protagonizadas nesta pesquisa, partem de relacionamentos abusivos e naturalizados como condicionamentos do vir a ser

(tornar-se) mulher. É como se, no rito social, a lógica de dominação e aceitação da submissão fosse necessária para que a sociedade compreenda e realoque sempre a mulher para o “seu devido lugar”.

É por isso que na busca dos contributos que os estudos de gênero nos oferecem, nós ocupamos um lugar de **estranheza** (Estranhar é preciso!). Chimamanda Ngozi Adimchie (2014) nos apresenta o perigo da história única e as afirmações baseadas em uma verdade que se tem ou que se quer, e que uma destas histórias é o gênero. Com isso, ela afirma que

Gênero não é uma conversa fácil de ter. Ele faz as pessoas se desconfortarem, às vezes até se irritarem. Tanto homens e mulheres são resistentes a falar sobre, ou, rapidamente dispensam os problemas de gênero. Por que, pensar em mudar seu *status quo* é desconfortável” (p.16).

Mas se o gênero é uma categoria humana, que emana e transcende por nós e entre nós, por que tanto desconforto? Bem, como Adimchie (2014) problematiza, o gênero mexe com *status quo*, padrões e identidades colocadas como fixas. O gênero em debate envolve lugares sociais e privilégios, o que acarreta em perder, ganhar, desprender, desapossar, unir e reconhecer a diferença como substância do ser.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O falar, o ouvir, o perceber o outro e estar com este outro é uma permissão, envolvimento ou experiência que se evidencia no campo do currículo. Se assim o é, estes discursos que constituem currículos são marcados por vozes e enunciados emergentes e com a categoria gênero não é diferente. Identificamos também o quanto que ela é periculosa aos olhos e ouvidos dos senhores representantes do conservadorismo estatal e que disseminam a anti-laicização dos espaços públicos em seus cotidianos.

Desde os seus primórdios, ainda sem sequer entendida como uma categoria epistemológica, gênero marca estratificações sociais, delinea formas de domínio e opressão, padronizações e legitimação de determinadas ações sociais respaldadas no machismo e patriarcado, bem como, de alguma forma, o apaziguamento, silenciamento e por muitas vezes exclusão histórica dos conflitos relacionados com. Destaco também que na atualidade, nós pesquisadores e professores brasileiros

temos um desafio de adentrar em outras literaturas que busquem aquilo que Judith Butler (2015) provoca que são as “suturas do gênero”, nos incitando a romper com uma coluna de pensamento ocidental estrito e tão pouco dialoga com as realidades do cone sul, por exemplo.

Outro elemento a se considerar nos estudos sobre gênero é de entender ele como uma categoria social e política, forjada por decisões e disputas. Ora, discutir gênero não perpassa como algo que é consequência da discussão sobre sexo, ou, como elemento cultural do sexo. Discutir gênero é escavar os próprios alicerces que o sustentam como elemento científico de alta complexidade a partir do século XX, se esquivando da pureza e até mesmo de uma categorização finalizada do que o mesmo seria.

Portanto, educação e gênero ou gênero-educação são estratégias que surgem de nós, da sociedade como ferramentas para entender ou justificar as expressões que o corpo coletivo produz, sendo este elemento fundamental para a formação docente, a destruição e construção curricular e repensar as nossas didáticas a partir dos sujeitos e não de pressupostos morais e falidos regimes de verdade.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **We should all be feminists**. Vintage Original Ebook, July, 2014. Disponível em: [http://www.joycerain.com/uploads/2/3/2/0/23207256/we\\_should\\_all\\_be\\_feminists\\_kin\\_-\\_chimamanda\\_ngozi\\_adichie.pdf](http://www.joycerain.com/uploads/2/3/2/0/23207256/we_should_all_be_feminists_kin_-_chimamanda_ngozi_adichie.pdf)

BENSUSAN, Hilan. **Observações sobre a libido colonizada**: tentando pensar ao largo do patriarcado. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21695.pdf>

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero** – feminismo e subversão da identidade. Coleção Sujeito e História, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Revista Estudos Feministas, nº1, 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

hooks, bell. **Mulheres negras:** moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015. Disponível em: : <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 1991. ISSN 0100-3143